

EUROBIC PPR/OICVM CICLO DE VIDA

FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA



RELATÓRIO E CONTAS
JUNHO 2019

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS	4
PRINCIPAIS EVENTOS	7
DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS	9
INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO	11
ERROS DE VALORIZAÇÃO	13
EVENTOS SUBSEQUENTES	14
NOTAS INFORMATIVAS	15
EUROBIC PPR/OICVM CICLO DE VIDA -34.....	27
BALANÇO	28
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	31
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	33
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
EUROBIC PPR/OICVM CICLO DE VIDA 35-44.....	43
BALANÇO	44
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	47
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	49
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	52
EUROBIC PPR/OICVM CICLO DE VIDA 45-54.....	59
BALANÇO	60
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	63
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	65
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	68
EUROBIC PPR/OICVM CICLO DE VIDA +55	75
BALANÇO	76
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	79
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	81
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	84
RELATÓRIOS DE AUDITORIA	91

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

A constituição do Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 23 de agosto de 2018.

O Fundo é constituído por quatro subfundos de Investimento Abertos de Poupança Reforma:

- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma;
- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma;
- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma; e,
- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 19 de outubro de 2018.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 18 de outubro de 2018.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 15 de outubro de 2018.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 16 de outubro de 2018.

Ao final do primeiro semestre de 2019, estes Fundos registam menos de 1 ano de atividade.

Síntese da Evolução dos Mercados

O primeiro semestre de 2019 ficou marcado por uma deterioração do enquadramento macroeconómico. O impacto adverso da disputa comercial na dinâmica das trocas comerciais a nível global, a par da trajetória de abrandamento da economia dos EUA (pós-estímulos orçamentais) e da China (tendência estrutural) deverão resultar num crescimento da economia mundial de aproximadamente 3,3% em 2019, o pior registo desde 2009.

Este contexto culminou numa contínua trajetória descendente das estimativas de crescimento económico e das expetativas inflacionistas, com maior preponderância nas economias desenvolvidas, em particular na Europa.

Ainda assim, o ritmo de crescimento em cadeia de algumas das principais economias mundiais surpreendeu pela positiva no 1º trimestre do ano, embora beneficiando de fatores transitórios que deverão resultar num abrandamento nos próximos trimestres.

A incerteza e as perspetivas de abrandamento da economia mundial pesaram igualmente nas expetativas inflacionistas, originando revisões em baixa da inflação e contribuindo decisivamente para a trajetória descendente das taxas de juro nos EUA e na Alemanha.

Um dos desenvolvimentos mais surpreendentes dos primeiros seis meses do ano prendeu-se com a atuação dos bancos centrais.

A Reserva Federal dos EUA encetou uma viragem súbita e radical logo desde o dia 4 de janeiro num discurso surpreendente de Jerome Powell, assumindo-se “paciente” e disponível para tornar a política monetária mais acomodatória se necessário. Esta postura foi particularmente contrastante com a atuação mais agressiva que o esperado em 2018 e com a retórica de continuidade do processo de normalização de taxas diretoras em 2019. Desde o início de 2019 a Fed anunciou o fim da redução do balanço (que em dezembro foi descrito como um processo ininterrupto e distinto da restante atuação da Fed) e hoje assume a possibilidade de cortes de taxas já em julho 2019. Esta alteração de postura da Fed motivou um forte ajustamento das expetativas do mercado, que incorpora a possibilidade de ocorrência de cortes de taxas da Fed num total de -75pb em 2019 e de -25pb adicionais em 2020.

Perante a debilidade económica e a ausência de pressões inflacionistas na área do euro, o Banco Central Europeu viu-se forçado a não apenas voltar a adiar o momento de uma potencial subida de taxas diretoras para a segunda metade de 2020, como inclusivamente a assumir a possibilidade de anúncio de mais estímulos monetários, quer pela via de cortes adicionais da taxa de depósitos, quer através da reativação do programa de compras de ativos. O BCE avançou ainda com uma nova série de leilões de cedência de liquidez de longo prazo ao setor bancário. Por outro lado, Christine Lagarde foi nomeada para substituir Draghi na liderança do banco central, provando-se uma opção que muito certamente manterá um enviesamento expansionista ao longo dos próximos 8 anos.

Em matéria de desenvolvimento económico, os EUA apresentaram um crescimento mais forte que o esperado no 1º trimestre de 2019, justificado em larga medida por fatores temporários como o desempenho das

exportações líquidas e o contributo decisivo da acumulação de inventários. Antecipa-se um abrandamento do crescimento em cadeia, para um ritmo próximo de 2% nos próximos trimestres.

A dinâmica de crescimento na área do euro apresentou-se mais forte que o esperado no 1º trimestre de 2019, associado também neste caso a alguns fatores temporários. Perante o elevado grau de abertura da economia, esta apresenta-se suscetível ao abrandamento das trocas comerciais, afetação das cadeias de valor globais e à trajetória de abrandamento da economia chinesa.

A surpresa positiva do crescimento do Reino Unido no 1º trimestre foi maioritariamente explicada pela acumulação de inventários perante os elevados índices de incerteza relativamente ao desfecho do Brexit, sendo exetável um abrandamento nos próximos trimestres. Uma saída sem acordo do Reino Unido da UE apresenta-se como um importante fator de risco para a economia, para a cotação da divisa e para a estabilidade dos mercados financeiros.

A China manteve no 1º trimestre um ritmo de crescimento semelhante ao verificado no último trimestre de 2018, devendo apresentar igualmente uma trajetória de abrandamento económico em 2019 apesar dos estímulos fiscais e monetários já implementados. A disputa comercial com os EUA constitui um fator de risco de curto-prazo para a economia, que deverá manter o enviesamento expansionista das autoridades chinesas.

A disputa comercial entre os EUA e a China apresentou avanços e recuos no período em análise, originando pressões de abrandamento cíclico que acrescem à tendência estrutural de abrandamento da economia chinesa. Os primeiros meses de 2019 foram marcados por um aproximar das posições entre os EUA e a China, com um subsequente retrocesso em maio, perante um novo aumento de tarifas e ameaça de taxaço da totalidade dos produtos exportados pela China para os EUA. Na reunião do G20 no final de junho ambas as partes acordaram tréguas, suspenderam tarifas adicionais e retomaram as negociações.

O sentimento nos mercados financeiros foi ainda condicionado por receios de ampliação do conflito à relação comercial dos EUA com o México e com a Europa. A ratificação do novo acordo entre os EUA, o México e o Canadá tem sido usada por Trump para pressionar as autoridades mexicanas no âmbito da emigração ilegal para os EUA, enquanto a possibilidade de implementação de tarifas sobre exportações de bens europeus para os EUA, em particular do setor automóvel, se encontra suspensa.

Apesar dos sinais de abrandamento da economia e, em particular, da deterioração das expetativas para os restantes trimestres de 2019 e para 2020, o desempenho da generalidade das classes de ativos foi positivo nos primeiros seis meses do ano.

O efeito de base favorável decorrente das correções ocorridas no 4º trimestre de 2018, aliado à postura mais acomodatória dos bancos centrais constituíram um importante dinamismo de valorização, assistindo-se a uma combinação de queda de taxas de juro, estreitamento de spreads e de forte valorização dos mercados acionistas. A dívida de mercados emergentes beneficiou igualmente deste enquadramento.

Na dívida governamental, foram visíveis quedas assinaláveis das taxas de juro de referência dos EUA e Alemanha, refletindo a moderação das expetativas inflacionistas, uma retórica mais acomodatória pelos respetivos bancos centrais e o enquadramento de incerteza económica e política em que nos inserimos. Por outro lado, o prémio de risco da dívida periférica europeia reduziu-se para níveis próximos do período pré-crise financeira, em particular nos casos português e espanhol, registando-se igualmente uma forte

recuperação nas taxas de juro da dívida grega. O spread italiano apresentou sensibilidade à disputa orçamental com as autoridades europeias.

O mercado de crédito empresarial beneficiou da trajetória descendente das taxas de juro e de um forte compressão de spreads, em particular entre os meses de janeiro e maio, quer no segmento de rating *investment grade* quer na dívida de rating especulativo.

A dívida de mercados emergentes, particularmente a denominada em moeda forte, apresentou o melhor desempenho do universo de rendimento fixo, relacionado com uma retoma da tendência de fluxos de capital para estes países e com o enquadramento de forte procura por rendibilidade pelos investidores.

O cenário de suporte dos bancos centrais numa conjuntura de abrandamento económico possibilitou uma combinação pouco habitual de queda das taxas de juro e de forte valorização dos mercados acionistas.

Ao longo do primeiro semestre de 2019, o mercado acionista dos EUA não apenas reverteu totalmente as perdas do 4º trimestre de 2018 como atingiu novos máximos históricos, beneficiando em particular do contributo da expansão de múltiplos.

Os mercados acionistas europeus acompanharam esta tendência de fortes ganhos no primeiro semestre do ano, enquanto os índices correspondentes à Ásia-Pacífico e ao agregado de emergentes se apresentaram mais pressionados, face ao ajustamento de expectativas de crescimento de resultados empresariais e aos desenvolvimentos no âmbito da disputa comercial. O índice acionista da China destacou-se neste universo, beneficiando do reforço do seu peso nos índices MSCI e dos estímulos fiscais anunciados.

Numa ótica setorial, o comportamento ascendente dos índices acionistas foi liderado pelas valorizações dos setores cíclicos relacionados com tecnologia, pese embora o enquadramento macroeconómico descrito, deixando clara a preferência dos investidores para empresas com perfil de crescimento.

No mercado cambial, a moeda única europeia depreciou face aos seus principais parceiros comerciais, refletindo, entre outros fatores, a frágil dinâmica económica do bloco e o diferencial de taxas de juro entre os EUA e a Europa. Em termos de pares cambiais, destaque para as perdas face ao dólar norte-americano e face às divisas de refúgio – iene e franco suíço. Apesar da postura mais paciente e acomodatória da Fed, a cotação do dólar dos EUA manteve-se suportada no semestre.

O desempenho das matérias-primas foi positivo no semestre, com o cabaz a beneficiar dos fortes ganhos em energia (+18%), contrastante com perdas marginais nos bens agrícolas. Os metais preciosos valorizaram, beneficiando da queda das taxas de juro reais.

Principais Eventos

ATUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em fevereiro foi concluído o processo de atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de Fundos da IMGA.

Foram ainda publicadas, com data de 10 de maio, as novas versões dos Prospetos e IFIs com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2018.

Ao longo do 1º semestre foram ainda efetuadas alterações relacionadas, entre outras, com a prorrogação de reduções da comissão de gestão e/ou depósito, redução do montante mínimo de subscrição e eliminações de comissões de comercialização, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos Participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 30 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos Fundos IMGA, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

FUSÃO DE FUNDOS

Em junho, com o objetivo de racionalizar a oferta de Fundos e a obtenção de sinergias ao nível da gestão e da política de investimentos, foi aprovada pela CMVM a fusão, por incorporação, do Fundo IMGA Ações Europa no Fundo IMGA Eurocarteira. A fusão concretizar-se-á no dia 19 de julho, data em que o Fundo incorporante (IMGA Eurocarteira) alterará a sua denominação para IMGA European Equities.

FUNDOS DO MERCADO MONETÁRIO

O Fundo CA Monetário foi, em junho, o primeiro fundo português do mercado monetário autorizado pela CMVM ao abrigo do Regulamento Europeu dos Fundos do Mercado Monetário.

O Fundo IMGA Extra Tesouraria III, após aprovação da CMVM, será, a 31 de julho, objeto de transformação de OIAVM (Organismo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários) em OICVM (Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários), assumindo nessa data o tipo de Fundo do Mercado Monetário, de acordo com o novo Regulamento Europeu dos Fundos do Mercado Monetário e alterando a sua denominação para “IMGA Money Market – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário”.

OUTRAS ALTERAÇÕES

Em junho foi alterada a política de investimento bem como a denominação do Fundo IMGA Prestíge Global Bond que assumiu o nome de IMGA Retorno Global.

Foi ainda alterado o auditor para um conjunto de fundos (IMGA Alternativo, CA Curto Prazo, IMGA Ações Europa, CA Rendimento, CA Monetário e IMGA Flexível), passando a Mazars & Associados, S.R.O.C., S.A. a ser o auditor para todos os fundos de investimento mobiliário sob gestão da IMGA.

Desempenho dos Fundos Multiativos

O 1º semestre de 2019 ficou caracterizado pela maior tolerância a risco, não obstante os efeitos negativos da guerra comercial e incertezas geopolíticas (Irão, Coreia do Norte, Brexit e Itália). Para o bom desempenho dos mercados financeiros e de capitais, contribuíram essencialmente as medidas conducentes à reversão da normalização da política monetária, por parte do BCE e pela Fed, a fim de obviarem os fortes receios de abrandamento da economia mundial.

A generalidade das classes de ativos que compõe estes Fundos alcançaram rendibilidades positivas, que superaram as fortes quedas registadas durante o ano de 2018. Neste contexto, as soluções da IMGA em Fundos multiativos e PPR's beneficiaram do bom desempenho dos mercados de capitais e do efeito de diversificação, tendo registado rendibilidades anualizadas positivas, ainda assim, incapazes de inverter as performances negativas a um ano. Não obstante, as rendibilidades a médio prazo (3 e 5 anos) já apresentam valores positivos, evidenciando a robustez que os modelos de investimento baseados na diversificação de

Fundos IMGA e EuroBIC	ISRR (*)	1 Ano			3 Anos			5 Anos		
		Rend. Anualizada	Risco		Rend. Anualizada	Risco		Rend. Anualizada	Risco	
			Nível	Classe		Nível	Classe		Nível	Classe
IMGA Alocação Conservadora	3	-0,16%	3,90%	3	0,89%	3,01%	3	1,01%	3,55%	3
IMGA Alocação Moderada	4	-0,93%	6,81%	4	1,68%	5,23%	4	1,18%	6,14%	4
IMGA Alocação Dinâmica	5	-0,66%	10,92%	5	3,74%	8,57%	4	2,38%	10,78%	5
IMGA Flexível	3	-0,59%	3,49%	3	0,27%	2,87%	3	0,39%	3,89%	3
IMGA Alternativo	3	-0,39%	2,35%	3	-1,48%	3,53%	3	-1,46%	3,53%	3
IMGA Poupança PPR	3	-0,12%	3,89%	3	0,87%	3,00%	3	1,19%	3,76%	3
IMGA Investimento PPR	4	-0,86%	6,63%	4	1,58%	5,17%	4	0,75%	6,35%	4
EuroBic Seleção Top	ND	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	ND	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	ND	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	ND	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EuroBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	ND	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ativos conseguem superar em momentos de maior volatilidade e inversão cíclicas de rendibilidades.

Fonte: APFIPP a 30 de Junho de 2019. As medidas de risco e rendibilidade apresentam valores anualizados

ISRR: Indicador Sintético de Risco = resulta do cálculo da volatilidade do valor da unidade de participação (UP) de cada fundo nos últimos cinco anos. As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). As rendibilidades anualizadas indicadas a 3 e 5 anos apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência.

Considerando o conjunto de Fundos com notação Morningstar™, a IMGA ocupa uma posição de destaque entre as principais sociedades gestoras nacionais. Dos 31 Fundos que compõem a sua oferta, 22 obtêm notação Morningstar, dos quais, 10 Fundos foram merecedores de 3, 4 e 5 estrelas.

Dos doze Fundos multiativos geridos pela IMGA, sete apresentaram em junho de 2019 as seguintes notações:

Fundos IMGA	Overall Rating	
	Dez 2018	Jun 2019
Alocação Conservadora	***	***
Alocação Moderada	**	**
Alocação Dinâmica	***	**
Flexível	**	**
Alternativo	**	*
Poupança PPR	***	***
Investimento PPR Ações	**	**
EuroBic Seleção Top	N.D.	N.D.
EuroBic PPR/OICVM Ciclo Vida -34	N.D.	N.D.
EuroBic PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	N.D.	N.D.
EuroBic PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	N.D.	N.D.
EuroBic PPR/OICVM Ciclo Vida +55	N.D.	N.D.

Fonte: Morningstar.pt

Informação Financeira do Fundo

No final de junho de 2019, os fundos EuroBic PPR Ciclo de Vida apresentavam níveis de rentabilidade, desde o início do ano, bastante atrativos, que comparam favoravelmente com outras alternativas de investimento, tais como produtos bancários e fundos de investimento de classe semelhante dos principais concorrentes.

Constituídos no último trimestre de 2018, os Fundos EuroBic PPR Ciclo de Vida mantiveram, durante esse trimestre, uma postura bastante defensiva dado o momento de turbulência que afetava os mercados de capitais.

No início de 2019, com valorizações mais interessantes ao nível dos mercados acionistas e de crédito, uma postura menos agressiva por parte da Reserva Federal norte-americana, a aproximação das posições negociais entre os EUA e a China e a adição de estímulos à economia chinesa, justificaram a decisão de adicionar risco ao portfolio. O objetivo era beneficiar da recuperação dos mercados de crédito e acionistas, de uma forma cautelosa, ou seja, pretendendo que o nível de risco do portfolio se situasse abaixo do seu objetivo estratégico de longo prazo e que a sua adição fosse efetuada de forma gradual. Como tal, foi aumentada a exposição a governos de uma forma seletiva, uma vez que as rentabilidades na maioria dos prazos das principais geografias da zona euro se encontravam em território negativo, e a crédito com uma preferência por dívida de mercados emergentes. A exposição a ações foi incrementada, mas, dada a fraqueza dos dados macroeconómicos e os riscos de *downside* existentes, nomeadamente os relacionados com o comércio internacional devido às disputas comerciais, ficou aquém da exposição média que se pretende atingir a médio prazo. Por último, a exposição à classe de alternativos também foi aumentada, uma vez que permite a diversificação do risco e das fontes de retorno do portfolio.

Esta estratégia de adição gradual e diversificada do risco traduziu-se num satisfatório retorno ajustado ao risco no primeiro semestre de 2019 e posicionou o portfolio de forma a beneficiar da postura mais defensiva que os bancos centrais têm adotado, na sequência da fraqueza dos dados macroeconómicos e dos riscos geopolíticos como as disputas comerciais, o Brexit e o Irão.

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34

O Fundo iniciou a sua atividade em 19 de outubro de 2018, tendo por isso um histórico ainda muito curto.

Em junho de 2019, o Fundo de investimento Eurobic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34, apresentou uma rentabilidade efetiva desde o início do ano de 4,35%, alcançando um valor líquido global de 407 mil euros, resultantes vendas líquidas de 375 mil euros, correspondentes a um total de subscrições de 383 mil euros e resgates de 8 mil euros.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44

O Fundo iniciou a sua atividade em 18 de outubro de 2018, tendo por isso um histórico ainda muito curto.

Em junho de 2019, o Fundo de investimento Eurobic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44, apresentou uma rentabilidade efetiva desde o início do ano de 4,20%, alcançando um valor líquido global de 747 mil euros, resultantes de vendas líquidas de 628 mil euros, correspondentes a um total de subscrições de 631 mil euros e resgates de 3 mil euros.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54

O Fundo iniciou a sua atividade em 15 de outubro de 2018, tendo por isso um histórico ainda muito curto.

Em junho de 2019, o Fundo de investimento Eurobic PPR/OICVM Ciclo de Vida, 45-54 apresentou uma rentabilidade efetiva desde o início do ano de 3,35%, alcançando um valor líquido global de 925 mil euros, resultantes de vendas líquidas de 624 mil euros, correspondentes a um total de subscrições de 628 mil euros e resgates de 4 mil euros.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55

O Fundo iniciou a sua atividade em 16 de outubro de 2018, tendo por isso um histórico ainda muito curto.

Em junho de 2019, o Fundo de investimento Eurobic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55 apresentou uma rentabilidade efetiva desde o início do ano de 2,13%, alcançando um valor líquido global de 2,8 milhões de euros, resultantes de vendas líquidas de 2,4 milhões de euros, correspondentes a um total de subscrições de 2,4 milhões de euros e resgates de mil euros.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Erros de Valorização

Em 2019, até ao final do mês de junho, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre 30 de junho de 2019 e a elaboração do presente Relatório não se registou qualquer evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 34

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
Data de Constituição: 23 de agosto de 2018
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Banco Depositário: Banco BIC Português, S.A.
Valor da Carteira em 30 junho de 2019: 407 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

2019 (*)

Rendibilidade	9,1%
Risco (nível)	3

(*) Rendibilidade anualizada

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Subfundo tem como objetivo proporcionar aos participantes, numa perspetiva de longo prazo, a valorização do capital com vista à constituição de um complemento de reforma, procurando a maximização do bem-estar futuro.

O Subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, e emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo Subfundo, notações de *rating* equivalente aos escalões superiores ("investment grade") das agências de *rating*.

O Subfundo poderá igualmente investir através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O Subfundo poderá investir no máximo 55% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confiram direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confiram direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente *warrants* e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.

Os Fundos nos quais este Subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.

Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20%, o Subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.

O Subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 45% do seu valor líquido global do fundo.

O Subfundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

31-dez-18

30-jun-19

Nº UP's em circulação	4.706	77.901
Valor Unitário UP (Euros)	5,0014	5,2196

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	jun-19		2018	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	68	0	12	0
Mercados União Europeia	Alemanha	20			
	França	115			
	Itália	7			
	Luxemburgo	150			
	Grécia	9			
	sub-total	301	0,1	0	0
Outros Mercados	EUA	18			
	Suíça	12			
	sub-total	30	0	0	0
	Total	399	0,1	12	0

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2019

Valores mobiliários	331.006
Saldos bancários	78.068
Outros ativos	447
Total dos ativos	409.521
Passivos	2.914
Valor Líquido de Inventário	406.607

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	16.005	202	-	16.207	362	16.568	5%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	308.871	6.041	113	314.799	-	314.799	95%
TOTAL	324.876	6.242	113	331.006	362	331.367	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	187
Outros rendimentos	275
As mais-valias de investimentos	8.652
Custos	
Custos de gestão	-
Custos de depósito	-
Outros encargos, taxas e impostos	(1.043)
As menos-valias de investimentos	(191)
Custos de negociação	(137)
Lucro líquido	7.743
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	383.217
Resgates	(7.891)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	30.06.2019	31.12.2018
Valor Líquido Global do Fundo	406.607	23.538
Valor Unitário da UP	5,2196	5,0014

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2019

Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
Data de Constituição: 23 de agosto de 2018
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Banco Depositário: Banco BIC Português, S.A.
Valor da Carteira em 30 junho de 2019: 747 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

2019 (*)

Rendibilidade	8.7%
Risco (nível)	3

(*) Rendibilidade anualizada

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Subfundo tem como objetivo proporcionar aos participantes, numa perspetiva de longo prazo, a valorização do capital com vista à constituição de um complemento de reforma, procurando a maximização do bem-estar futuro.

O Subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo Subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores ("investment grade") das agências de rating.

O Subfundo poderá igualmente investir através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O Subfundo poderá investir no máximo 45% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confiram direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confiram direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.

Os Fundos nos quais este Subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.

Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20%, o Subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.

O Subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 35% do seu valor líquido global do fundo. O Subfundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

31-dez-18

30-jun-19

Nº UP's em circulação	20.490	143.283
Valor Unitário UP (Euros)	5,0016	5,2123

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	jun-19		2018	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	125	0,2	49	0
Mercados União Europeia	Alemanha	38			
	França	179			
	Itália	17			
	Luxemburgo	300			
	Grécia	16			
	<i>sub-total</i>	550	0	0	0
Outros Mercados	EUA	41			
	Suíça	23			
	<i>sub-total</i>	64	0	0	0
Total		739	0,2	49	0

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2019

Valores mobiliários	613.508
Saldos bancários	135.623
Outros ativos	903
Total dos ativos	750.034
Passivos	3.204
Valor Líquido de Inventário	746.830

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	33.014	403	-	33.418	695	34.113	6%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	562.931	17.159	-	580.090	-	580.090	94%
TOTAL	595.946	17.562	-	613.508	695	614.203	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	371
Outros rendimentos	495
As mais-valias de investimentos	18 272
Custos	
Custos de gestão	(1 109)
Custos de depósito	(133)
Outros encargos, taxas e impostos	(1 093)
As menos-valias de investimentos	(129)
Custos de negociação	(155)
Lucro Líquido	16 519
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	630 843
Resgates	(3 016)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	30.06.2019	31.12.2018
Valor Líquido Global do Fundo	746.830	102.484
Valor Unitário da UP	5,2123	5,0016

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2019



Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
Data de Constituição: 23 de agosto de 2018
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Banco Depositário: Banco BIC Português, S.A.
Valor da Carteira em 30 junho de 2019: 925 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

2019 (*)

Rendibilidade	6.9%
Risco (nível)	3

(*) Rendibilidade anualizada

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Subfundo tem como objetivo proporcionar aos participantes, numa perspetiva de longo prazo, a valorização do capital com vista à constituição de um complemento de reforma, procurando a maximização do bem-estar futuro.

Política de Investimento

O Subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo Subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores ("investment grade") das agências de rating.

O Subfundo poderá igualmente investir através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O Subfundo poderá investir no máximo 35% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confiram direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confiram direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.

Os Fundos nos quais este Subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.

Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20%, o Subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.

O Subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 25% do seu valor líquido global. O Subfundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

31-dez-18

30-jun-19

Nº UP's em circulação	56.082	178.821
Valor Unitário UP (Euros)	5,0020	5,1706

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

		jun-19		2018	
Mercado	Região	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	159	0	207	0
Mercados União Europeia	Alemanha	46			
	França	155			
	Itália	22			
	Luxemburgo	429			
	Grécia	22			
	sub-total	674	0,1	0	0
Outros Mercados	EUA	28			
	Suíça	55			
	sub-total	83	0	0	0
Total		916	0,1	207	0

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2019

Valores mobiliários	757.390
Saldos bancários	168.397
Outros ativos	1.184
Total dos ativos	926.971
Passivos	2.374
Valor Líquido de Inventário	924.597

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	43.671	535	-	44.206	925	45.131	6%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	692.285	20.932	33	713.184	-	713.184	94%
TOTAL	735.956	21.467	33	757.390	925	758.315	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	454
Outros rendimentos	749
As mais-valias de investimentos	21 589
Custos	
Custos de gestão	(1 242)
Custos de depósito	(162)
Outros encargos, taxas e impostos	(1 103)
As menos-valias de investimentos	(170)
Custos de negociação	(135)
Lucro Líquido	19 980
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	627 765
Resgates	3 670

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	30.06.2019	31.12.2018
Valor Líquido Global do Fundo	924.597	280.521
Valor Unitário da UP	5,1706	5,0020

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2019

Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
Data de Constituição: 23 de agosto de 2018
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Banco Depositário: Banco BIC Português, S.A.
Valor da Carteira em 30 junho de 2019: 2 820 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

2019 (*)

Rendibilidade	4.4%
Risco (nível)	2

(*) Rendibilidade anualizada

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Subfundo tem como objetivo proporcionar aos participantes, numa perspectiva de longo prazo, a valorização do capital com vista à constituição de um complemento de reforma, procurando a maximização do bem-estar futuro.

Política de Investimento

O Subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo Subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores ("investment grade") das agências de rating.

O Subfundo poderá igualmente investir através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O Subfundo poderá investir no máximo 15% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confiram direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confiram direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados de ações, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.

Os Fundos nos quais este Subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.

Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20%, o Subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.

O Subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 15% do seu valor líquido global.

O Subfundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

31-dez-18

30-jun-19

Nº UP's em circulação	88.318	551.789
Valor Unitário UP (Euros)	5,0026	5,1102

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	jun-19		2018	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	499	0	313	0
Mercados União Europeia	Alemanha	141			
	França	173			
	Itália	92			
	Luxemburgo	1.530			
	Grécia	93			
	sub-total	2.028	0,2	0	0
Outros Mercados	EUA	198			
	Suíça	86			
	sub-total	284	0	0	0
	Total	2.811	0,2	313	0

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

30.06.2019

Valores mobiliários	2.311.800
Saldo bancários	539.979
Outros ativos	7.870
Total dos ativos	2.859.649
Passivos	39.910
Valor Líquido de Inventário	2.819.739

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	182.164	2.236	-	184.400	3.878	188.278	8%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	2.073.704	53.725	29	2.127.400	-	2.127.400	92%
TOTAL	2.255.868	55.961	29	2.311.800	3.878	2.315.678	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	1.410
Outros rendimentos	2.616
As mais-valias de investimentos	56.809
Custos	
Custos de gestão	(9.151)
Custos de depósito	(1.373)
Outros encargos, taxas e impostos	(1.947)
As menos-valias de investimentos	(629)
Custos de negociação	(219)
Lucro líquido	47.516
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	2.361.835
Resgates	(31.426)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	30.06.2019	31.12.2018
Valor Líquido Global do Fundo	2.819.739	441.814
Valor Unitário da UP	5,1102	5,0026

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2019

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019



(valores em Euro)

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO						PASSIVO				
30.06.19						31.12.18				
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido	Código	Designação	30.06.19	31.12.18
Outros Ativos										
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM						61	Unidades de Participação	389 504	23 532
33	Ativos Intangíveis das SIM						62	Variações Patrimoniais	9 358	4
Total de Outros Ativos das SIM							64	Resultados Transitados	3	
Carteira de Títulos							65	Resultados Distribuídos		
21	Obrigações	16 005	202		16 207		67	Dividendos Antecipados das SIM		
22	Ações						66	Resultados Líquidos do Período	7 743	3
23	Outros Títulos de Capital						Total do Capital do OIC			
24	Unidades de Participação	308 871	6 041	(113)	314 799			406 607	23 538	
25	Direitos									
26	Outros Instrumentos da Dívida						Provisões Acumuladas			
Total da Carteira de Títulos							481	Provisões para Encargos		
Outros Ativos							Total das Provisões Acumuladas			
31	Outros ativos									
Total de Outros Ativos										
Terceiros						Terceiros				
411+...+418	Contas de Devedores						421	Resgates a Pagar a Participantes		
Total dos Valores a Receber							422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
							423	Comissões a Pagar	300	
							424+...+429	Outras contas de Credores	2 001	
							43+12	Empréstimos Obtidos		
							44	Pessoal		
							46	Acionistas		
							Total dos Valores a Pagar			
11	Caixa							2 301		
12	Depósitos à Ordem	10 068			10 068	11 536	Acréscimos e diferimentos			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	68 000			68 000	12 000	55	Acréscimos de Custos	613	
14	Certificados de Depósito						56	Receitas com Provento Diferido		
18	Outros Meios Monetários						58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
Total das Disponibilidades							59	Contas transitórias passivas		
							Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos			
								613		
Acréscimos e diferimentos										
51	Acréscimos de Proventos	447			447	2	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO			
52	Despesas com Custo Diferido							409 521	23 538	
53	Outros acréscimos e diferimentos									
59	Contas transitórias ativas						Valor Unitário da Unidade Participação			
Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos								5.2196	5.0014	
TOTAL DO ATIVO										
									</	

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.19	31.12.18			30.06.19	31.12.18
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS				TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 JUNHO DE 2019 E 2018

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.19	30.06.18			30.06.19	30.06.18
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	93	
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	121	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	137			Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	423		822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	187	
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	191		832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 651	
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	0		839	Em Operações Extrapatrimoniais	0	
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e						
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	4		87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	60	
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	9 114	
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	615					
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	1 371					
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	7 743		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	9 114			TOTAL	9 114	
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 604		F - E	Resultados Eventuais		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0		B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	7 743	
B-A	Resultados Correntes	7 743		B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	7 743	

Demonstração de Fluxos de Caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Data: 30-jun-19

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19		30-jun-18	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		383 217		0
Subscrição de unidades de participação	383 217		0	
...				
PAGAMENTOS:		7 891		0
Resgates de unidades de participação	7 891		0	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		375 326		0
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		78 186		0
Venda de títulos e outros ativos	18 376		0	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	59 623		0	
Rendimento de títulos e outros ativos	187		0	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos				
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		399 070		0
Compra de títulos e outros ativos	34 725		0	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	364 085		0	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	137		0	
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	123		0	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(320 884)		0
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		0		0
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas				
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0		0



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 Data: **30-jun-19**

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19	30-jun-18
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	97	0
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	37	0
Juros de certificados de depósito		
Contração de empréstimos		
Comissões em operações de empréstimo de títulos		
....		
Outros recebimentos correntes	60	0
PAGAMENTOS:	6	0
Despesas com crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros devedores de depósitos bancários		
Comissão de gestão		
Comissão de depósito		
Taxa de supervisão		
Impostos e taxas	4	0
Reembolso de empréstimos		
....		
Outros pagamentos correntes	2	0
Fluxo das operações de gestão corrente	91	0
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a períodos anteriores		
Recuperação de incobráveis		
....		
Outros recebimentos de operações eventuais	0	0
PAGAMENTOS:	0	0
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a períodos anteriores		
....		
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das operações eventuais	0	0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)	54 532	0
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)	23 536	0
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)	78 068	0



Anexo às Demonstrações Financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019



INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 23 de agosto de 2018.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 19 de outubro de 2018, registando por isso menos de 3 meses de atividade no final do ano.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo **Banco BIC Português, S.A.**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O património de cada subfundo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido. Ao valor obtido será deduzida a respetiva comissão de resgate.

Durante o período findo em 30 de junho de 2019, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31.12.2018	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2019
Valor base	23 532	373 645	(7 674)				389 504
Diferença p/Valor Base	4	9 572	(218)				9 358
Resultados distribuídos	-			-			-
Resultados acumulados	-			-	3		3
Resultados do período	3				(3)	7 743	7 743
SOMA	23 538	383 217	(7 891)	-	-	7 743	406 607
Nº de Unidades participação	4 706	74 729	(1 535)				77 901
Valor Unidade participação	5.0014	5.1281	5.1419				5.2196

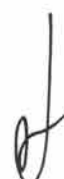
Em 30 de junho de 2019 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2019	30-06-19	5.2196	406 607	77 901
	31-05-19	5.1072	391 388	76 635
	30-04-19	5.1837	356 915	68 853
	31-03-19	5.1436	329 750	64 109
	28-02-19	5.1202	130 563	25 500
	31-01-19	5.0913	40 969	8 047
Ano 2018	31-12-18	5.0014	23 538	4 706
	30-09-18	-	-	-
	30-06-18	-	-	-
	31-01-18	-	-	-
Ano 2017	31-12-17	-	-	-
	30-09-17	-	-	-
	30-06-17	-	-	-
	31-03-17	-	-	-

Em 30 de junho de 2019, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	3
2% ≤ UPs < 5%	7
0.5% ≤ UPs < 2%	39
UPs < 0.5%	183
TOTAL	232



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 2.45% 01/10/23	7 316	62	-	7 378	42	7 420
Hellenic Republic 4.375% 01/08/22	8 690	139	-	8 829	319	9 148
	16 005	202	-	16 207	362	16 568
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Amundi ETF MSCI EUROPE UCITS	35 275	750	-	36 025	-	36 025
Amundi ETF MSCI Japan UCITS	937	-	(6)	931	-	931
Amundi S&P 500 UCITS ETF	52 971	1 272	-	54 242	-	54 242
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	8 268	288	-	8 555	-	8 555
Goldman Sachs Absolute Return Tracker	42 344	167	-	42 511	-	42 511
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	17 622	679	-	18 301	-	18 301
Lyxor MSCI AC Asia-Pacific EX JP - ETF	7 912	-	(80)	7 833	-	7 833
Lyxor MSCI Emerging Markets UCITS ETF	15 477	-	(27)	15 450	-	15 450
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	19 056	397	-	19 453	-	19 453
NN L-Euro Credit -IC	20 082	356	-	20 438	-	20 438
Nordea I Sic - Corp BD-BI-EUR	19 030	429	-	19 459	-	19 459
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	8 168	283	-	8 451	-	8 451
Schroder Intl Eur GV BD C AC	8 304	278	-	8 583	-	8 583
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	17 483	473	-	17 957	-	17 957
UBAM - Global High Yield Solution	11 869	119	-	11 989	-	11 989
UBS ETF - MSCI Japan	4 592	8	-	4 600	-	4 600
iShares J.P. Morgan USD EM Bond EUR Hedged UCITS	19 480	542	-	20 022	-	20 022
	308 871	6 041	(113)	314 799	-	314 799
TOTAL	324 876	6 242	(113)	331 006	362	331 367

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2019 foi o seguinte:

(valores em Euro)				
Descrição	31.12.2018	Aumentos	Reduções	30.06.2019
Depósitos à ordem	11 536	602 680	604 148	10 068
Depósitos a prazo e com pré-aviso	12 000	181 000	125 000	68 000
TOTAL	23 536	783 680	729 148	78 068

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei nº 56/2018, de 9 de julho e alterado pela Lei nº 35/2018, de 20 de julho.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:



- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
 - j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC. O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

Com a introdução do Orçamento do Estado para 2019 – Lei n.º 71/2018, de acordo com o artigo 319.º, é revogado o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/86. Assim sendo, passam a estar sujeitas a imposto do selo a generalidade das comissões praticadas nas operações com fundos de investimento. Até dezembro de 2018 encontravam-se isentas nomeadamente as comissões de gestão, de comercialização, de subscrição, de resgate e de depósito, sendo que a partir de 2019, estas deverão ser sujeitas a imposto do selo.

Nestes termos, entendemos que todas as comissões relativas a fundos cobradas e pagas pelo IMGA e sobre as quais não incida IVA têm de passar, a partir de 01.01.2019, a ter IS à taxa de 4% (verba 17.3.4 da TGIS).

No que diz respeito aos impostos diferidos, o OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório aplicável previsto do Decreto-Lei n.º 7/2015, foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais.

Os impostos diferidos passivos representaram um encargo para o Fundo e foram registados na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”, por contrapartida da rubrica do Balanço “Provisões para encargos”. O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2019, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	16 568	-	-	-	-	16 568
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2019, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
UP's	314 799	-	-	314 799

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2019 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	0	0.00%
Comissão de Depósito	0	0.00%
Taxa de Supervisão	300	0.12%
Custos de Auditoria	613	0.25%
Encargos outros OIC	311	0.13%
Outros Custos Correntes	123	0.05%
TOTAL	1 348	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.56%	

(1) Média relativa ao período de referência

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019



(valores em Euro)

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO						PASSIVO			
Código	Designação	30.06.19			31.12.18	Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido			30.06.19	31.12.18
Outros Ativos									
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	716 465	102 452
33	Ativos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	13 834	19
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	13	
Carteira de Títulos									
21	Obrigações	33 014	403		33 418	65	Resultados Distribuídos		
22	Ações					67	Dividendos Antecipados das SIM		
23	Outros Títulos de Capital					66	Resultados Líquidos do Período	16 519	13
24	Unidades de Participação	562 931	17 159		580 090		<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>746 830</u>	<u>102 484</u>
25	Direitos								
26	Outros Instrumentos da Dívida								
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>595 946</u>	<u>17 562</u>		<u>613 508</u>				
Outros Ativos									
31	Outros ativos					Provisões Acumuladas			
	<i>Total de Outros Ativos</i>					481	Provisões para Encargos		
						<i>Total das Provisões Acumuladas</i>			
Terceiros									
411+...+418	Contas de Devedores					Terceiros			
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					421	Resgates a Pagar a Participantes		
						422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
						423	Comissões a Pagar	1 592	
						424+...+429	Outras contas de Credores	999	
						43+12	Empréstimos Obtidos		
						44	Pessoal		
						46	Acionistas		
						<i>Total dos Valores a Pagar</i>			
						<u>2 591</u>			
						Acréscimos e diferimentos			
11	Caixa					55	Acréscimos de Custos	613	
12	Depósitos à Ordem	10 623			10 623	56	Receitas com Provento Diferido		
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	125 000			125 000	58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
14	Certificados de Depósito					59	Contas transitórias passivas		
18	Outros Meios Monetários					<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>			
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>135 623</u>			<u>135 623</u>	<u>613</u>			
Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proveitos	903			903	<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>			
52	Despesas com Custo Diferido					<u>750 034</u>			
53	Outros acréscimos e diferimentos					<u>102 484</u>			
59	Contas transitórias ativas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>903</u>			<u>903</u>				
TOTAL DO ATIVO									
		<u>732 472</u>	<u>17 562</u>		<u>750 034</u>				
<i>Total do Número de Unidades de Participação em circulação</i>									
					<u>143 283</u>	<u>20 490</u>			

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.19	31.12.18			30.06.19	31.12.18
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS				TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.19	30.06.18			30.06.19	30.06.18
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	188	
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	307	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	155			Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	1 665		822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	371	
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	129		832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	18 272	
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	0		839	Em Operações Extrapatrimoniais	0	
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e						
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	55		87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	19 137	
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	615					
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	2 619					
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	16 519		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	19 137			TOTAL	19 137	
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	18 546		F - E	Resultados Eventuais		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0		B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	16 519	
B-A	Resultados Correntes	16 519		B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	16 519	

Demonstração de Fluxos de Caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Data: 30-jun-19

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19		30-jun-18	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		630 843		0
Subscrição de unidades de participação	630 843		0	
...				
PAGAMENTOS:		3 016		0
Resgates de unidades de participação	3 016		0	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		627 827		0
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		81 250		0
Venda de títulos e outros ativos	34 631		0	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	46 248		0	
Rendimento de títulos e outros ativos	371		0	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos				
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		676 031		0
Compra de títulos e outros ativos	68 282		0	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	607 471		0	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	155		0	
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	123		0	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(594 781)		0
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		0		0
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas				
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0		0



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 Data: **30-jun-19**

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19	30-jun-18
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	110	0
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	110	0
Juros de certificados de depósito		
Contração de empréstimos		
Comissões em operações de empréstimo de títulos		
....		
Outros recebimentos correntes		
PAGAMENTOS:	6	0
Despesas com crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros devedores de depósitos bancários		
Comissão de gestão		
Comissão de depósito		
Taxa de supervisão		
Impostos e taxas	5	0
Reembolso de empréstimos		
....		
Outros pagamentos correntes	1	0
Fluxo das operações de gestão corrente	104	0
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a períodos anteriores		
Recuperação de incobráveis		
....		
Outros recebimentos de operações eventuais	0	0
PAGAMENTOS:	0	0
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a períodos anteriores		
....		
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das operações eventuais	0	0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)	33 150	0
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)	102 473	0
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)	135 623	0



Anexo às Demonstrações Financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 23 de agosto de 2018.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 18 de outubro de 2018, registando por isso menos de 3 meses de atividade no final do ano.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo **Banco BIC Português, S.A.**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O património de cada subfundô é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido. Ao valor obtido será deduzida a respetiva comissão de resgate.

Durante o período findo em 30 de junho de 2019, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)							
Descrição	31.12.2018	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2019
Valor base	102 452	616 935	(2 922)				716 465
Diferença p/Valor Base	19	13 908	(93)				13 834
Resultados distribuídos	-			-			-
Resultados acumulados	-			-	13		13
Resultados do período	13				(13)	16 519	16 519
SOMA	102 484	630 843	(3 016)	-	-	16 519	746 830
Nº de Unidades participação	20 490	123 377	(584)				143 283
Valor Unidade participação	5.0016	5.1132	5.1594				5.2123

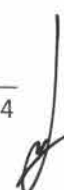
Em 30 de junho de 2019 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2019	30-06-19	5.2123	746 830	143 283
	31-05-19	5.1060	720 361	141 082
	30-04-19	5.1684	699 663	135 375
	31-03-19	5.1329	635 101	123 732
	28-02-19	5.1086	363 771	71 208
	31-01-19	5.0833	129 895	25 553
Ano 2018	31-12-18	5.0016	102 484	20 490
	30-09-18	-	-	-
	30-06-18	-	-	-
	31-01-18	-	-	-
Ano 2017	31-12-17	-	-	-
	30-09-17	-	-	-
	30-06-17	-	-	-
	31-03-17	-	-	-

Em 30 de junho de 2019, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	1
2% ≤ UPs < 5%	9
0.5% ≤ UPs < 2%	35
UPs < 0.5%	319
TOTAL	364



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 2.45% 01/10/23	16 722	142	-	16 864	97	16 961
Hellenic Republic 4.375% 01/08/22	16 293	261	-	16 554	599	17 153
	33 014	403	-	33 418	695	34 113
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Amundi ETF MSCI EUROPE UCITS	54 005	3 317	-	57 322	-	57 322
Amundi S&P 500 UCITS ETF	79 954	4 885	-	84 838	-	84 838
BlueBay InvGR Euro GV-CEUR	18 815	683	-	19 498	-	19 498
Goldman Sachs Absolute Return Tracker	78 068	288	-	78 356	-	78 356
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	32 346	1 209	-	33 554	-	33 554
Lyxor MSCI AC Asia-Pacific EX JP - ETF	12 026	152	-	12 179	-	12 179
Lyxor MSCI Emerging Markets UCITS ETF	23 832	451	-	24 282	-	24 282
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	38 320	810	-	39 131	-	39 131
NN L-Euro Credit -IC	39 310	794	-	40 105	-	40 105
Nordea I Sic - Corp BD-BI-EUR	39 177	893	-	40 070	-	40 070
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	20 174	633	-	20 806	-	20 806
Schroder Intl Eur GVBD C AC	18 684	706	-	19 390	-	19 390
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	39 970	1 048	-	41 018	-	41 018
UBAM - Global High Yield Solution	22 840	224	-	23 064	-	23 064
UBS ETF - MSCI Japan	8 774	42	-	8 816	-	8 816
iShares J.P. Morgan USD EM Bond EUR Hedged UCITS	36 636	1 026	-	37 661	-	37 661
	562 931	17 159	-	580 090	-	580 090
TOTAL	595 946	17 562	-	613 508	695	614 203

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2019 foi o seguinte:

(valores em Euro)

Descrição	31.12.2018	Aumentos	Reduções	30.06.2019
Depósitos à ordem	53 476	1 067 827	1 110 681	10 623
Depósitos a prazo e com pré-aviso	49 000	422 000	346 000	125 000
TOTAL	102 476	1 489 827	1 456 681	135 623

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei nº 56/2018, de 9 de julho e alterado pela Lei nº 35/2018, de 20 de julho.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
 - j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC. O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

Com a introdução do Orçamento do Estado para 2019 – Lei n.º 71/2018, de acordo com o artigo 319.º, é revogado o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/86. Assim sendo, passam a estar sujeitas a imposto do selo a generalidade das comissões praticadas nas operações com fundos de investimento. Até dezembro de 2018 encontravam-se isentas nomeadamente as comissões de gestão, de comercialização, de subscrição, de resgate e de depósito, sendo que a partir de 2019, estas deverão ser sujeitas a imposto do selo.

Nestes termos, entendemos que todas as comissões relativas a fundos cobradas e pagas pelo IMGA e sobre as quais não incida IVA têm de passar, a partir de 01.01.2019, a ter IS à taxa de 4% (verba 17.3.4 da TGIS).

No que diz respeito aos impostos diferidos, o OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório aplicável previsto do Decreto-Lei n.º 7/2015, foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais.

Os impostos diferidos passivos representaram um encargo para o Fundo e foram registados na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”, por contrapartida da rubrica do Balanço “Provisões para encargos”. O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2019, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	(A)+(B)
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	34 113	-	-	-	-	34 113
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2019, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
UP's	580 090	-	-	580 090

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2019 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)		
Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	1 153	0.23%
Comissão de Depósito	138	0.03%
Taxa de Supervisão	300	0.06%
Custos de Auditoria	613	0.12%
Encargos outros OIC	601	0.12%
Outros Custos Correntes	123	0.02%
TOTAL	2 929	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.59%	

(1) Média relativa ao período de referência

EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(valores em Euro)

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

		ATIVO				
		30.06.19			31.12.18	
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	43 671	535		44 206	
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	692 285	20 932	(33)	713 184	
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>735 956</u>	<u>21 467</u>	<u>(33)</u>	<u>757 390</u>	
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores					
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	9 897			9 897	73 471
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	158 500			158 500	207 000
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>168 397</u>			<u>168 397</u>	<u>280 471</u>
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proventos	1 184			1 184	50
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>1 184</u>			<u>1 184</u>	<u>50</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>905 536</u>	<u>21 467</u>	<u>(33)</u>	<u>926 971</u>	<u>280 521</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>178 821</u>	<u>56 082</u>

		PASSIVO		
		Períodos		
Código	Designação	30.06.19	31.12.18	
	Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	894 104	280 411	
62	Variações Patrimoniais	10 453	50	
64	Resultados Transitados	60		
65	Resultados Distribuídos			
67	Dividendos Antecipados das SIM			
68	Resultados Líquidos do Período	19 980	60	
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>924 597</u>	<u>280 521</u>	
	Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos			
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>			
	Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes			
422	Rendimentos a Pagar a Participantes			
423	Comissões a Pagar	1 760		
424+...+429	Outras contas de Credores			
43+12	Empréstimos Obtidos			
44	Pessoal			
46	Acionistas			
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>1 760</u>		
	Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	613		
56	Receitas com Provento Diferido			
58	Outros Acréscimos e Diferimentos			
59	Contas transitórias passivas			
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>613</u>		
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>926 971</u>	<u>280 521</u>	
	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>5.1706</u>	<u>5.0020</u>	

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.19	31.12.18			30.06.19	31.12.18
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.19	30.06.18			30.06.19	30.06.18
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	245	
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	431	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	135			Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	1 827		822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	454	
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	170		832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	21 589	
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais	0	
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e						
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	64		87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	74	
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	22 792	
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	616					
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	2 812					
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	19 980		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	22 792			TOTAL	22 792	
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	21 983		F - E	Resultados Eventuais		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0		B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	19 980	
B-A	Resultados Correntes	19 980		B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	19 980	

Demonstração de Fluxos de Caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Data: 30-jun-19

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19		30-jun-18	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		627 765		0
Subscrição de unidades de participação	627 765		0	
...				
PAGAMENTOS:		3 670		0
Resgates de unidades de participação	3 670		0	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		624 095		0
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		51 959		0
Venda de títulos e outros ativos	40 659		0	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	10 846		0	
Rendimento de títulos e outros ativos	454		0	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos				
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		788 415		0
Compra de títulos e outros ativos	85 147		0	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	703 010		0	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	135		0	
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	123		0	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(736 456)		0
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		0		0
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas				
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0		0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 Data: **30-jun-19**

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19		30-jun-18	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		224		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	224		0	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		12		0
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão				
Comissão de depósito				
Taxa de supervisão				
Impostos e taxas	11		0	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	1		0	
Fluxo das operações de gestão corrente		212		0
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		74		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	74		0	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		74		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(112 074)		0
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		280 471		0
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		168 397		0



Anexo às Demonstrações Financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019



INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 23 de agosto de 2018.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 15 de outubro de 2018, registando por isso menos de 3 meses de atividade no final do ano.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo **Banco BIC Português, S.A.**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O património de cada subfundo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido. Ao valor obtido será deduzida a respetiva comissão de resgate.

Durante o período findo em 30 de junho de 2019, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31.12.2018	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2019
Valor base	280 411	617 289	(3 596)				894 104
Diferença p/Valor Base	50	10 476	(73)				10 453
Resultados distribuídos	-			-			-
Resultados acumulados	-			-	60		60
Resultados do período	60				(60)	19 980	19 980
SOMA	280 521	627 765	(3 670)	-	-	19 980	924 597
Nº de Unidades participação	56 082	123 458	(719)				178 821
Valor Unidade participação	5.0020	5.0849	5.1022				5.1706

Em 30 de junho de 2019 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2019	30-06-19	5.1706	924 597	178 821
	31-05-19	5.0729	896 667	176 759
	30-04-19	5.1200	841 547	164 366
	31-03-19	5.0933	737 680	144 834
	28-02-19	5.0765	444 052	87 473
	31-01-19	5.0569	304 099	60 136
Ano 2018	31-12-18	5.0020	280 521	56 082
	30-09-18	-	-	-
	30-06-18	-	-	-
	31-01-18	-	-	-
Ano 2017	31-12-17	-	-	-
	30-09-17	-	-	-
	30-06-17	-	-	-
	31-03-17	-	-	-

Em 30 de junho de 2019, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	1
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	5
0.5% ≤ UPs < 2%	51
UPs < 0.5%	272
TOTAL	329

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 2.45% 01/10/23	21 947	187	-	22 134	127	22 261
Hellenic Republic 4.375% 01/08/22	21 724	348	-	22 072	798	22 870
	43 671	535	-	44 206	925	45 131
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Amundi ETF MSCI EUROPE UCITS	45 828	2 885	-	48 713	-	48 713
Amundi ETF MSCI Japan UCITS	2 812	-	(18)	2 794	-	2 794
Amundi S&P 500 UCITS ETF	67 560	4 966	-	72 525	-	72 525
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	28 091	1 013	-	29 104	-	29 104
Goldman Sachs Absolute Return Tracker	97 079	380	-	97 459	-	97 459
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	39 636	1 458	-	41 094	-	41 094
Lyxor MSCI AC Asia-Pacific EX JP - ETF	9 100	557	-	9 657	-	9 657
Lyxor MSCI Emerging Markets UCITS ETF	20 311	451	-	20 762	-	20 762
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	65 985	1 408	-	67 393	-	67 393
NN L-Euro Credit-IC	64 211	1 325	-	65 536	-	65 536
Nordea I Sic - Corp BD-BI-EUR	64 354	1 464	-	65 818	-	65 818
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	27 809	987	-	28 797	-	28 797
Schroder Intl Eur GV BD C AC	27 848	1 053	-	28 901	-	28 901
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	53 921	1 451	-	55 372	-	55 372
UBAM - Global High Yield Solution	27 557	287	-	27 844	-	27 844
UBS ETF - MSCI Japan	5 189	-	(15)	5 175	-	5 175
iShares J.P. Morgan USD EM Bond EUR Hedged UCITS	44 994	1 248	-	46 242	-	46 242
	692 285	20 932	(33)	713 184	-	713 184
TOTAL	735 956	21 467	(33)	757 390	925	758 315

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2019 foi o seguinte:

(valores em Euro)				
Descrição	31.12.2018	Aumentos	Reduções	30.06.2019
Depósitos à ordem	73 471	1 246 479	1 310 053	9 897
Depósitos a prazo e com pré-aviso	207 000	505 000	553 500	158 500
TOTAL	280 471	1 751 479	1 863 553	168 397

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei nº 56/2018, de 9 de julho e alterado pela Lei nº 35/2018, de 20 de julho.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
 - j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC. O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

Com a introdução do Orçamento do Estado para 2019 – Lei n.º 71/2018, de acordo com o artigo 319.º, é revogado o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/86. Assim sendo, passam a estar sujeitas a imposto do selo a generalidade das comissões praticadas nas operações com fundos de investimento. Até dezembro de 2018 encontravam-se isentas nomeadamente as comissões de gestão, de comercialização, de subscrição, de resgate e de depósito, sendo que a partir de 2019, estas deverão ser sujeitas a imposto do selo.

Nestes termos, entendemos que todas as comissões relativas a fundos cobradas e pagas pelo IMGA e sobre as quais não incida IVA têm de passar, a partir de 01.01.2019, a ter IS à taxa de 4% (verba 17.3.4 da TGIS).

No que diz respeito aos impostos diferidos, o OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório aplicável previsto do Decreto-Lei n.º 7/2015, foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais.

Os impostos diferidos passivos representaram um encargo para o Fundo e foram registados na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”, por contrapartida da rubrica do Balanço “Provisões para encargos”. O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2019, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	45 131	-	-	-	-	45 131
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2019, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
UP's	713 184	-	-	713 184

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2019 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)		
Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	1 242	0.20%
Comissão de Depósito	218	0.03%
Taxa de Supervisão	300	0.05%
Custos de Auditoria	613	0.10%
Encargos outros OIC	730	0.11%
Outros Custos Correntes	123	0.02%
TOTAL	3 226	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.51%	

(1) Média relativa ao período de referência



EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55



Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO						PASSIVO			
		30.06.19			31.12.18		Períodos		
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido	30.06.19	31.12.18	
Outros Ativos									
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM								
33	Ativos Intangíveis das SIM								
Total de Outros Ativos das SIM									
Carteira de Títulos									
21	Obrigações	182 164	2 236		184 400				
22	Ações								
23	Outros Títulos de Capital								
24	Unidades de Participação	2 073 704	53 725	(29)	2 127 400				
25	Direitos								
26	Outros Instrumentos da Dívida								
Total da Carteira de Títulos		2 255 888	55 961	(29)	2 311 800				
Outros Ativos									
31	Outros ativos								
Total de Outros Ativos									
Terceiros									
411+...+418	Contas de Devedores	3 103			3 103				
Total dos Valores a Receber		3 103			3 103				
Disponibilidades									
11	Caixa								
12	Depósitos à Ordem	40 979			40 979	128 743			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	499 000			499 000	313 000			
14	Certificados de Depósito								
18	Outros Meios Monetários								
Total das Disponibilidades		539 979			539 979	441 743			
Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proveitos	4 767			4 767	70			
52	Despesas com Custo Diferido								
53	Outros acréscimos e diferimentos								
59	Contas transitórias ativas								
Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos		4 767			4 767	70			
TOTAL DO ATIVO		2 803 717	55 961	(29)	2 859 649	441 814			
Total do Número de Unidades de Participação em circulação									
					551 789	88 318			

Capital do OIC								
61	Unidades de Participação	2 758 943	441 591					
62	Variações Patrimoniais	13 138	81					
64	Resultados Transitados	141						
65	Resultados Distribuídos							
67	Dividendos Antecipados das SIM							
66	Resultados Líquidos do Período	47 516	141					
Total do Capital do OIC		2 819 739	441 814					
Provisões Acumuladas								
481	Provisões para Encargos							
Total das Provisões Acumuladas								
Terceiros								
421	Resgates a Pagar a Participantes	30 426						
422	Rendimentos a Pagar a Participantes							
423	Comissões a Pagar	8 527						
424+...+429	Outras contas de Credores							
43+12	Empréstimos Obtidos							
44	Pessoal							
46	Acionistas							
Total dos Valores a Pagar		38 953						
Acréscimos e diferimentos								
55	Acréscimos de Custos	957						
56	Receitas com Provento Diferido							
58	Outros Acréscimos e Diferimentos							
59	Contas transitórias passivas							
Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos		957						
TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		2 859 649	441 814					
Valor Unitário da Unidade Participação								
					5.1102	5.0026		



(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.19	31.12.18			30.06.19	31.12.18
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS				TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	30.06.19	30.06.18	Código	Designação	30.06.19	30.06.18
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 025	
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	1 591	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	219			Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	11 112		822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 410	
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	629		832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	56 809	
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e						
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	429		87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	60 835	
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	930					
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	13 318					
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	47 516		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	60 835			TOTAL	60 835	
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	58 395		F - E	Resultados Eventuais		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	47 516	
B-A	Resultados Correntes	47 516		B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	47 516	

Demonstração de Fluxos de Caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 Data: **30-jun-19**

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19		30-jun-18	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		2 361 835		0
Subscrição de unidades de participação	2 361 835		0	
...				
PAGAMENTOS:		1 000		0
Resgates de unidades de participação	1 000		0	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		2 360 835		0
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		192 990		0
Venda de títulos e outros ativos	172 906		0	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	18 674		0	
Rendimento de títulos e outros ativos	1 410		0	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos				
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		2 453 498		0
Compra de títulos e outros ativos	358 522		0	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	2 094 634		0	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	219		0	
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	123		0	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(2 260 509)		0
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		0		0
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas				
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0		0



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 Data: **30-jun-19**

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-19	30-jun-18
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	839	0
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	839	0
Juros de certificados de depósito		
Contração de empréstimos		
Comissões em operações de empréstimo de títulos		
....		
Outros recebimentos correntes		
PAGAMENTOS:	2 929	0
Despesas com crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros devedores de depósitos bancários		
Comissão de gestão	2 517	0
Comissão de depósito		
Taxa de supervisão	400	0
Impostos e taxas	8	0
Reembolso de empréstimos		
....		
Outros pagamentos correntes	4	
Fluxo das operações de gestão corrente	(2 091)	0
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a períodos anteriores		
Recuperação de incobráveis		
....		
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a períodos anteriores		
....		
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das operações eventuais	0	0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)	98 235	0
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)	441 743	0
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)	539 979	0



Anexo às Demonstrações Financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 23 de agosto de 2018.

O Fundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma iniciou a sua atividade no dia 16 de outubro de 2018, registando por isso menos de 3 meses de atividade no final do ano.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo **Banco BIC Português, S.A.**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O património de cada subfundo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido. Ao valor obtido será deduzida a respetiva comissão de resgate.

Durante o período findo em 30 de junho de 2019, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31.12.2018	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2019
Valor base	441 591	2 348 156	(30 804)				2 758 943
Diferença p/Valor Base	81	13 678	(621)				13 138
Resultados distribuídos	-			-			-
Resultados acumulados	-			-	141		141
Resultados do período	141				(141)	47 516	47 516
SOMA	441 814	2 361 835	(31 426)	-	-	47 516	2 819 739
Nº de Unidades participação	88 318	469 631	(6 161)				551 789
Valor Unidade participação	5.0026	5.0292	5.1009				5.1102

Em 30 de Junho de 2019 existiam 5962 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2019	30-06-19	5.1102	2 819 739	551 789
	31-05-19	5.0251	2 785 268	554 272
	30-04-19	5.0439	2 655 666	526 516
	31-03-19	5.0312	2 488 646	494 651
	28-02-19	5.0287	1 708 181	339 692
	31-01-19	5.0242	488 488	97 229
Ano 2018	31-12-18	5.0026	441 814	88 318
	30-09-18	-	-	-
	30-06-18	-	-	-
	31-01-18	-	-	-
Ano 2017	31-12-17	-	-	-
	30-09-17	-	-	-
	30-06-17	-	-	-
	31-03-17	-	-	-

Em 30 de junho de 2019, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	5
0.5% ≤ UPs < 2%	44
UPs < 0.5%	367
TOTAL	416



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 2.45% 01/10/23	90 924	774	-	91 698	526	92 224
Hellenic Republic 4.375% 01/08/22	91 240	1 462	-	92 702	3 353	96 054
	182 164	2 236	-	184 400	3 878	188 278
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Amundi ETF MSCI EUROPE UCITS	51 057	3 320	-	54 377	-	54 377
Amundi S&P 500 UCITS ETF	76 724	5 129	-	81 853	-	81 853
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	129 210	4 638	-	133 848	-	133 848
Goldman Sachs Absolute Return Tracker	293 011	1 273	-	294 284	-	294 284
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	124 195	4 418	-	128 613	-	128 613
Luxor MSCI AC Asia-Pacific EX JP - ETF	13 217	196	-	13 413	-	13 413
Luxor MSCI Emerging Markets UCITS ETF	22 826	629	-	23 454	-	23 454
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	233 703	5 081	-	238 784	-	238 784
NN L-Euro Credit -IC	233 382	4 915	-	238 297	-	238 297
Nordea I Sic - Corp BD-BI-EUR	229 480	5 279	-	234 759	-	234 759
Parvest Euro GovBond - I (SICAV)	119 320	4 172	-	123 491	-	123 491
Schroder Intl Eur GVBD C AC	126 375	4 760	-	131 135	-	131 135
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	192 780	5 215	-	197 994	-	197 994
UBAM - Global High Yield Solution	84 678	887	-	85 565	-	85 565
UBS ETF - MSCI Japan	6 929	-	(29)	6 899	-	6 899
iShares J.P. Morgan USD EMBond EUR Hedged UCITS	136 818	3 816	-	140 634	-	140 634
	2 073 704	53 725	(29)	2 127 400	-	2 127 400
TOTAL	2 255 868	55 961	(29)	2 311 800	3 878	2 315 678

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2019 foi o seguinte:

(valores em Euro)				
Descrição	31.12.2018	Aumentos	Reduções	30.06.2019
Depósitos à ordem	128 743	4 156 971	4 244 735	40 979
Depósitos a prazo e com pré-aviso	313 000	1 779 000	1 593 000	499 000
TOTAL	441 743	5 935 971	5 837 735	539 979

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei nº 56/2018, de 9 de julho e alterado pela Lei nº 35/2018, de 20 de julho.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:



Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
 - j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC. O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

Com a introdução do Orçamento do Estado para 2019 – Lei n.º 71/2018, de acordo com o artigo 319.º, é revogado o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/86. Assim sendo, passam a estar sujeitas a imposto do selo a generalidade das comissões praticadas nas operações com fundos de investimento. Até dezembro de 2018 encontravam-se isentas nomeadamente as comissões de gestão, de comercialização, de subscrição, de resgate e de depósito, sendo que a partir de 2019, estas deverão ser sujeitas a imposto do selo.

Nestes termos, entendemos que todas as comissões relativas a fundos cobradas e pagas pelo IMGA e sobre as quais não incida IVA têm de passar, a partir de 01.01.2019, a ter IS à taxa de 4% (verba 17.3.4 da TGIS).

No que diz respeito aos impostos diferidos, o OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório aplicável previsto do Decreto-Lei n.º 7/2015, foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais.

Os impostos diferidos passivos representaram um encargo para o Fundo e foram registados na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”, por contrapartida da rubrica do Balanço “Provisões para encargos”. O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2019, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	(A)+(B)
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	188 278	-	-	-	-	188 278
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2019, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
UP's	2 127 400	-	-	2 127 400

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2019 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)		
Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	9 517	0.49%
Comissão de Depósito	1 428	0.07%
Taxa de Supervisão	465	0.02%
Custos de Auditoria	926	0.05%
Encargos outros OIC	2 258	0.12%
Outros Custos Correntes	123	0.01%
TOTAL	14 717	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.75%	

(1) Média relativa ao período de referência

Relatórios de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma** (o “OIC”) sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 409 521 euros e um total de capital do OIC de 406 607 euros, incluindo um resultado líquido de 7 743 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma**, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. em 30 de junho de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC e da respetiva Entidade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no relatório de gestão, na secção “Nota Introdutória” do Relatório de gestão e no capítulo “Introdução” do Anexo às demonstrações financeiras, o OIC iniciou a sua atividade em 19 de outubro de 2018, pelo que não é apresentada informação contabilística histórica para efeitos comparativos da demonstração dos resultados e da demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2019, cerca de 81% do valor do ativo do OIC.</p> <p>Os critérios de valorização da carteira de títulos encontram-se detalhados na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os quais se encontram em conformidade com o disposto no Regulamento de Gestão e têm por base o Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento CMVM nº 13/2018).</p> <p>Esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas; • Para os instrumentos financeiros de valor significativo, com pressupostos de avaliação não observáveis mediante recurso a fontes de valorização representativas, recorremos à execução de procedimentos de avaliação alternativos; e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez em 9 de maio de 2018, com entrada em funções a partir da data de início da atividade do OIC para um mandato compreendido entre os anos 2018 e 2020;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer fraude ou indício de fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 27 de agosto de 2019;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro e republicada pelo Decreto-Lei n.º 56/2018, de 9 de julho, deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimento e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não temos nada a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2019



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma** (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 750 034 euros e um total de capital do OIC de 746 830 euros, incluindo um resultado líquido de 16 519 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma**, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. em 30 de junho de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC e da respetiva Entidade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no relatório de gestão, na secção "Nota Introdutória" do Relatório de gestão e no capítulo "Introdução" do Anexo às demonstrações financeiras, o OIC iniciou a sua atividade em 18 de outubro de 2018, pelo que não é apresentada informação contabilística histórica para efeitos comparativos da demonstração dos resultados e da demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2019, cerca de 82% do valor do ativo do OIC.</p> <p>Os critérios de valorização da carteira de títulos encontram-se detalhados na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os quais se encontram em conformidade com o disposto no Regulamento de Gestão e têm por base o Regulamento CMVM nº 2/2015 (replicado pelo Regulamento CMVM nº 13/2018).</p> <p>Esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços;• Avaliação sobre a adequabilidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal;• Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas;• Para os instrumentos financeiros de valor significativo, com pressupostos de avaliação não observáveis mediante recurso a fontes de valorização representativas, recorremos à execução de procedimentos de avaliação alternativos; e• Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez em 9 de maio de 2018, com entrada em funções a partir da data de início da atividade do OIC para um mandato compreendido entre os anos 2018 e 2020;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer fraude ou indício de fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 27 de agosto de 2019;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro e republicada pelo Decreto-Lei n.º 56/2018, de 9 de julho, deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimento e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não temos nada a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2019

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma** (o “OIC”) sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 926 971 euros e um total de capital do OIC de 924 597 euros, incluindo um resultado líquido de 19 980 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma**, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. em 30 de junho de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC e da respetiva Entidade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no relatório de gestão, na secção “Nota Introdutória” do Relatório de gestão e no capítulo “Introdução” do Anexo às demonstrações financeiras, o OIC iniciou a sua atividade em 15 de outubro de 2018, pelo que não é apresentada informação contabilística histórica para efeitos comparativos da demonstração dos resultados e da demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2019, cerca de 82% do valor do ativo do OIC.</p> <p>Os critérios de valorização da carteira de títulos encontram-se detalhados na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os quais se encontram em conformidade com o disposto no Regulamento de Gestão e têm por base o Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento CMVM nº 13/2018).</p> <p>Esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas; • Para os instrumentos financeiros de valor significativo, com pressupostos de avaliação não observáveis mediante recurso a fontes de valorização representativas, recorremos à execução de procedimentos de avaliação alternativos; e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez em 9 de maio de 2018, com entrada em funções a partir da data de início da atividade do OIC para um mandato compreendido entre os anos 2018 e 2020;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer fraude ou indício de fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 27 de agosto de 2019;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro e republicada pelo Decreto-Lei n.º 56/2018, de 9 de julho, deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimento e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não temos nada a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2019



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma** (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 2 859 649 euros e um total de capital do OIC de 2 819 739 euros, incluindo um resultado líquido de 47 516 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma**, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. em 30 de junho de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC e da respetiva Entidade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no relatório de gestão, na secção "Nota Introdutória" do Relatório de gestão e no capítulo "Introdução" do Anexo às demonstrações financeiras, o OIC iniciou a sua atividade em 16 de outubro de 2018, pelo que não é apresentada informação contabilística histórica para efeitos comparativos da demonstração dos resultados e da demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de 6 meses findo a 30 de junho de 2019. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2019, cerca de 81% do valor do ativo do OIC.</p> <p>Os critérios de valorização da carteira de títulos encontram-se detalhados na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os quais se encontram em conformidade com o disposto no Regulamento de Gestão e têm por base o Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento CMVM nº 13/2018).</p> <p>Esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas; • Para os instrumentos financeiros de valor significativo, com pressupostos de avaliação não observáveis mediante recurso a fontes de valorização representativas, recorremos à execução de procedimentos de avaliação alternativos; e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez em 9 de maio de 2018, com entrada em funções a partir da data de início da atividade do OIC para um mandato compreendido entre os anos 2018 e 2020;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer fraude ou indício de fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 27 de agosto de 2019;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro e republicada pelo Decreto-Lei n.º 56/2018, de 9 de julho, deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimento e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não temos nada a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2019



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)